



ARTIGOS

Os Saberes Docentes e as formas de inserção curricular da História das Mulheres nos Planos de Aula do portal Nova Escola (2017-2019)

Bárbara de Almeida Carvalho, *Universidade de Brasília*

Resumo: Este artigo analisa os saberes docentes mobilizados nos Planos de Aula que tratam da História das Mulheres, no portal educacional Nova Escola. Para essa análise foram escolhidos doze Planos de Aula, que integram o projeto “Planos de Aula NOVA ESCOLA” e que estão, de acordo com o portal, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir da análise de três tabelas que consideram aspectos dos Planos, da BNCC e os discursos apresentados a cerca das mulheres. A partir dessa análise será pensada a questão da subjetivação feminina, quais os interesses, valores e práticas que foram escolhidos para a construção dos Planos em um portal de grande visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Ensino de História. História das Mulheres. Planos de Aula. Saberes Docentes.



Introdução

As políticas curriculares oficiais para a educação básica no Brasil vêm sofrendo alterações bastante significativas desde a década de 1990, acompanhando as demandas de grupos identitários (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, etc.) sobre os conteúdos curriculares. Tais alterações, pautadas na compreensão dos currículos como dispositivos pedagógicos de subjetivação (de produção de subjetividades e identidades) e da escola como um lugar fundamental para a promoção da cidadania e do respeito à diversidade étnico-racial e de gênero, tem promovido uma inserção significativa (mesmo que ainda sutil) de saberes, perspectivas e identidades destes grupos sociais nos saberes a serem ensinados nas escolas.

Nesse movimento, chama nossa atenção as demandas feministas pela inclusão das mulheres e das questões de gênero nos currículos e livros didáticos de História, tendo em vista os debates e reivindicações sobre da educação escolar e, especialmente, o ensino de História na construção da igualdade de gênero¹.

Nos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1998) citavam as mulheres de maneira ainda muito sutil e pouco clara nos subtemas dos “eixos temáticos” e nos conteúdos que articulavam aos “temas transversais”. Desse modo, as mulheres eram mencionadas em dois eixos temáticos: primeiro, no eixo temático “História das relações sociais, da cultura e do trabalho”, onde se tratava das “relações de trabalho” em diferentes momentos da história brasileira e de “povos do mundo”; e segundo, no eixo temático “História das representações e das relações de poder”, particularmente no subtema “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo”, onde se tratava dos direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais (BRASIL, 1998, p. 49-73).

Diante destas possibilidades abertas não só pelos PCNs, mas também pelos estudos feministas sobre a história das mulheres no campo historiográfico, os livros didáticos também passaram a incorporar, de alguma maneira, as mulheres na História a ser ensinada.

¹ Como bem observou Susane de Oliveira, “Com esse objetivo, uma das resoluções aprovadas em 2011 na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNDM, 2012: 16) recomendava “a criação de diretrizes nacionais de educação que incluam, nas grades curriculares, o ensino sobre a história das mulheres em todos os níveis e modalidades da rede de ensino” (CNDM, 2012: 16). (...) Nesse processo, o conhecimento histórico (escolar e acadêmico) também se tornou objeto de lutas, críticas e reivindicações pelos feminismos” (2015, p. 1).



Cabe ressaltar que nas últimas décadas, as perspectivas, debates e pesquisas sobre o ensino de história das mulheres, acompanham também essa movimentação historiográfica feminista nas academias, “tornando possível a ‘recuperação’ do protagonismo das mulheres a partir de arquivos e fontes variadas, além de sua progressiva presença tanto na historiografia acadêmica como na escolar” (OLIVEIRA, 2015).

Nesse sentido, é importante pensar como os documentos norteadores da educação brasileira inserem e discutem a História das Mulheres dentro de suas propostas. Mesmo com tentativas de alteração do cenário que exclui e negligencia as mulheres, ainda é possível observar que a BNCC não dá conta de integrar uma possibilidade de História, que atenda a História das Mulheres de forma emancipatória e menos injusta. Assim, Carolina Giovanetti e Shirlei Sales vão dizer que ainda hoje:

Percebe-se ainda hoje a manutenção deste panorama excludente através do relato histórico, no qual a História produzida pelos grandes personagens masculinos é divulgada em sala de aula, geralmente se grandes indagações ou questionamentos. Somam-se a esse problema as persistentes desigualdades entre homens e mulheres, bem como as incipientes políticas públicas educacionais que buscam estratégias para vencer ou reduzir tais desigualdades (2020, p. 252).

A tentativa de construir um passado que não considera a participação feminina ainda é visível nos mais importantes documentos que orientam a educação no Brasil. Mesmo com um aumento da frequência de debates sobre a inserção da História das Mulheres nos currículos de História. Pensando sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que rege a BNCC, Giovanetti e Sales compreendem que:

Os silenciamentos das histórias das mulheres nas escolas foram acentuados pela exclusão das discussões de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE), como resultado da atuação direta de grupos de extrema direita. O PNE determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira, no período de 2014 a 2024, foi aprovado pela Lei nº 13.005 e sancionado em 25 de julho de 2014. Além disso, é importante entender que a representação das mulheres na História é objeto de lutas e questionamentos (2020, p. 252).

Percebe-se que o PNE, documento de orientação nacional, aprovado em 2014, ainda foi objeto de disputa e não incluiu a História



das Mulheres e as discussões de gênero de forma pertinente, no sentido de combater uma História que exclui e escolhe os sujeitos que devem ou não participar dos processos históricos. A criação de uma base nacional comum para a Educação Básica, no Brasil, é prevista no texto constitucional desde 1988. Em 1996, a Lei 9494, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reafirma a necessidade da construção de uma base que orientasse os currículos nacionais (GIOVANETTI; SALES, 2020, p. 260). Os debates sobre a construção da base se iniciaram em 2014 e desde então é possível perceber que nas suas três versões já apresentadas, a História das Mulheres e as questões de gênero são atendidas de formas diferentes a considerar os contextos políticos e sociais de suas aprovações.

Nesse sentido, compreendemos que os currículos e documentos que norteiam a Educação Básica não são neutros e representam uma visão de educação, cultura e sociedade que possui intencionalidade na construção dos saberes dos discentes, a partir de determinada lógica, que vai depender dos interesses dos grupos que estavam no poder, naquele período. No caso da BNCC, serão analisadas as tentativas de inserção da História e se feito, a partir de qual tipo de narrativa? A que integra e possibilita um pensamento de igualdade de gênero, considerando a subjetivação dos sujeitos? Ou uma narrativa que exclui e reforça estereótipos já consolidados pelo mundo Ocidental, que parte de uma lógica branca, cisgênero e heterossexual? Após essa análise, será estudado como a BNCC se justifica nesses Planos de Aula selecionados no Portal Nova Escola.

Para as análises que serão feitas e que foram citadas anteriormente, nos utilizaremos das seguintes categorias de análise: gênero; interseccionalidade; representação; saberes docentes e subjetivação.

O portal Nova Escola e o projeto “Planos de Aula Nova Escola”

O portal educacional Nova escola, integra a Associação Nova Escola que tem uma trajetória considerável na área da educação, ao produzir e difundir conteúdos voltados para o ensino e gestão escolar no Brasil. No ano de 1986, a primeira edição impressa da revista Nova Escola foi lançada. Desde essa data, sua impressão só chegaria ao fim em



outubro de 2019, em sua 326^o edição. De acordo com Maria Elise Teté², em uma pesquisa realizada em 2006, era possível comprovar que 1.333.000 pessoas liam a Nova Escola. Nesse sentido, Nova Escola insere-se em um contexto de grande circulação e difusão de conteúdos entre professores e gestores de escolas públicas e privadas.

A partir de convênios com o Ministério da Educação e com instituições privadas de ensino, a revista era distribuída de forma gratuita em muitos desses estabelecimentos, aumentando sua circulação e ganhando novas adesões de assinaturas. É comum que professores/as que iniciaram sua docência no final da década de 1980 e início da década de 1990 tenham construído suas primeiras práticas pedagógicas tendo como referência as revistas da Nova Escola.

No ano de 2015, batendo a média de 120 mil exemplares vendidos por mês, as marcas Nova Escola e Gestão Escolar (dedicadas a colaborar com o trabalho de diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos), da Fundação Victor Civita foram transferidas para a Associação Nova Escola (NOVA ESCOLA, 2017). A Associação foi criada e é mantida pela Fundação Lemann, desde o ano de 2015 e foi a partir dessa transferência que o portal Nova Escola foi criado. No portal existem algumas matérias que falam sobre a origem da revista e da transferência da marca Nova Escola. Em um matéria publicada no portal é dito que:

Embora seja jovem, nascida em 2015, a organização independente e sem fins lucrativos tem o privilégio de ter sido criada e mantida pela Fundação Lemann, uma instituição que trabalha há 15 anos para melhorar substancialmente o ensino no país (NOVA ESCOLA, 2017).

Percebe-se uma tentativa de destacamento para o fato de a Associação ter sido criada e continuar sendo mantida pela Fundação Lemann. Sabe-se que os trabalhos que investigam a atuação da Fundação no âmbito educacional brasileiro são muitos. No ano de 2016, foi criado pela Fundação o “Programa Gestão para a Aprendizagem” (GAP), em parceria com a instituição Elos educacional, que também integra a Fundação Lemann. Esse programa, que atualmente se chama “Programa Formar”, foi construído com o objetivo de formar e capacitar professores. Todas as ações que envolvem o GAP se baseiam em teorias

² Ramos, Márcia Elisa Teté. O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002) : cultura midiática, currículo e ação docente / Márcia Elisa Teté Ramos. – Curitiba, 2009.



com teor conservador e neoliberal. A partir de uma ideia que envolve um gerenciamento de qualidade (planejamento estratégico e gestão por resultados) que são muito utilizadas em empresas e que visa formar um tipo de cidadão com interesses voltados para o mercado (SILVA, 2020, p. 7). Viviane alerta ainda, para o fato de que esse programa está em andamento em várias redes de ensino públicas municipais e estaduais, em uma parceria com as Secretarias de Educação dos estados.

Essa tentativa de adentrar a realidade da educação brasileira a partir de programas como o citado anteriormente, e a adesão dos governos estaduais às suas propostas, mostram que a Fundação Lemann possui um papel de destaque dentro do ramo educacional no Brasil. Nesse sentido, também é possível perceber a participação da Fundação nos debates que envolveram a construção de políticas educacionais, em especial, nos que envolveram a construção da última versão da BNCC. A partir de 2013 a Fundação Lemann também passou a liderar um grupo, composto por outras Fundações do ramo empresarial brasileiro, que tem o nome de Movimento Pela Base Nacional Curricular Comum (MBNCC), e que elaborou a proposição da BNCC para o Ensino Médio, assentida como política pública do Governo Brasileiro. Depois, também estendida para toda a Educação Básica (SILVA, 2020, p. 9).

Quando se parte para a análise do portal são necessárias algumas colocações para que se sustente a relevância do estudo ao se pensar os Planos de Aula e seus contextos de produção. No próprio portal é possível encontrar dados que falam sobre a quantidade de acessos a ele. Em abril de 2019 foi publicada uma matéria no próprio portal, em comemoração a um novo recorde de audiência alcançado pelo portal. Ao todo, 3,3 milhões de pessoas acessaram a plataforma e leram notícias, consultaram a revista digital e ou fizeram cursos online no mês de março de 2019 (NOVA ESCOLA, 2019).

O portal disponibiliza, atualmente, mais de 6.000 Planos de Aula, de 09 disciplinas: Arte; Ciências, Educação Física; Geografia; História; Inglês; Língua estrangeira, Língua Portuguesa e Matemática. São 864 Planos de Aula de História, todos alinhados à BNCC, informação bastante frisada pelo portal. Dentre os 864 Planos, 143 são para o 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 124 para o 2º ano, 123 para o 3º ano, 303 para o 4º ano, 174 para o 5º ano, 316 para o 6º ano dos anos finais do Ensino fundamental, 219 para o 7º ano, 263 para o 8º ano, 348 para o 9º ano e somente 1 para o Ensino Médio. Esses Planos foram



construídos por professores, que ao participarem de processos seletivos e de corresponderem com um modelo previsto pela Associação foram escolhidos e tutelados em suas produções. Em todos os planos é possível identificar todos os integrantes que participaram da construção, correção e análise do Plano. Dessa forma é possível perceber que o professor que construiu aquele plano, o fez, seguindo determinadas orientações e expectativas da Associação.

Na primeira página do portal está escrito de forma centralizada: “Reportagens, artigos e entrevistas sobre educação”. Em seguida aparece uma primeira matéria com temática que envolve a realidade escolar. Na parte superior do portal existem, além da caixa de busca, quatro abas que se dividem em: “Para se informar”, “Para aplicar em aula”, “Para se capacitar” e por último a aba de “Mais”. Nessa pesquisa, nos interessa a aba “Para se aplicar em aula”. Ao clicar nessa aba aparecem duas opções: “Planos de Aula” e “Material educacional”. Quando clicamos em “Planos de Aula”, somos direcionados a uma nova página, que possibilita entrar em contato com os Planos a partir da série, ou a partir da disciplina. Dos 864 Planos de Aula da disciplina de História selecionamos 12 Planos. A partir de um critério de busca específico que será explicado junto as análises das tabelas que analisam os Planos de forma mais detalhada, nas próximas seções.

A seleção dos Planos e as categorias de análise

Os planos de aula ainda são vistos como maneiras rígidas e determinadas de prever as atividades pedagógicas. Sabe-se, porém, que os planos de aula não são aplicados de forma integral e inalterada, pois o ambiente escolar exige modificações e alterações que podem fugir do planejado. Mesmo que a aula não siga exatamente o que foi planejado, é necessário dimensionar a sua relevância como instrumento pedagógico necessário. O Plano de Aula permite estabelecer previamente um conjunto de saberes, recursos, métodos e objetivos de ensino que devem orientar o regimento de uma aula. Como bem disse Susane de Oliveira,

o plano de aula nem sempre corresponde à prática, ao que acontece no momento de sua aplicação, pois a situação de interação entre professores/as e estudantes é dinâmica e imprevisível, podendo impor adaptações ou mudanças nas



atividades e objetivos programados. Entretanto, isso não retira a sua importância enquanto objeto de análise, porque revela os discursos docentes sobre as práticas pedagógicas, ou seja, o modo como os/as professores/as pensam e orientam o seu fazer pedagógico (OLIVEIRA, 2015, p.4).

Dessa forma, compreende-se que a análise dos Planos disponibilizados pelo portal é relevante para entendermos que tipo de docente pretende-se formar a partir dos saberes mobilizados pelos professores que construíram esses Planos, quais os valores e interesses estão estruturados nesses materiais norteadores para os/as professores/as.

Para analisar os saberes docentes mobilizados nos planos de aula de história, dos anos finais do ensino fundamental, disponíveis na plataforma Nova Escolas foram selecionados doze planos do projeto “Planos de Aula Nova Escola”, que estão, de acordo com a plataforma, alinhados à BNCC. O recorte temporal 2017 a 2029 foi escolhido, pois 2017 é o ano em que o projeto se inicia e 2029 é o último ano em que foram encontrados planos com as palavras-chave selecionadas.

Nesse estudo foi feito um levantamento no portal Nova Escola, dentro da categoria “todos os planos de aula de história”, que integram o projeto “Planos de aula Nova Escola” e utilizamos as seguintes palavras-chave: feminina; feminino; feminista; feministas; feminismo; mulher e mulheres. A partir dessa busca selecionamos todos os planos de aula que foram encontrados e que possuem alguma das palavras-chave mencionadas em seu título. Foram escolhidas essas palavras-chave, pois o portal possui mais de oitocentos e sessenta e quatro planos de aula de história e se tornaria inviável analisar todos eles para selecionar quais abordavam, de alguma forma, a História das Mulheres. Para responder as perguntas feitas sobre a inserção da História das Mulheres nos planos de aula compreende-se que esse não é um estudo isolado sobre os saberes docentes e sim um trabalho que considera a História dos discursos, a questão do gênero, das subjetivações e da interseccionalidade.

São poucos os estudos destinados à compreensão e problematização tanto dos saberes docentes como dos planos de aula de História promovidos nos portais educacionais da internet. Um artigo de Susane de Oliveira (2015) sobre a história das mulheres em planos de



aula publicados no Portal do Professor do MEC e a tese de doutorado de Kátia Oliveira (2021) sobre a História Indígena nos Planos de Aula da Nova Escola e do Portal do Professor fornecem-nos elementos teórico-metodológicos fundamentais a nossa proposta de pesquisa. Estes estudos enfatizam não só a importância dos portais educacionais, mas também dos saberes docentes como objetos de estudos e pesquisas no campo do ensino de História. Estas autoras partem, especialmente, dos escritos de Maurice Tardif sobre os saberes docentes. Para Tardiff, os saberes docentes constituem os

(...) saberes mobilizados e empregados na prática cotidiana, saberes esses que dela se originam, de uma maneira ou de outra e que servem pra resolver os problemas dos professores em exercício e para dar sentido às situações de trabalho que lhes são próprios (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 211).

Os estudos sobre saberes docentes partem da consideração de que os professores não são meros técnicos reprodutores de conhecimentos estáticos e pré-estabelecidos em outros espaços como a academia. Estes estudos colocam assim em relevo as experiências, conhecimentos, valores, subjetividades e capacidades criativas dos/as professores/as nos seus planejamentos e práticas pedagógicas. Partindo dessas considerações e inquietações, propomos investigar quais são os saberes e os modos de subjetivação mobilizados pelos docentes nas formas de inclusão das mulheres nos planejamentos didáticos de História, produzidos a partir dos alinhamentos à BNCC.

Nessa pesquisa, os Planos de Aula são compreendidos como um discurso da prática dos docentes que os construíram. Dessa forma observa-se o que esses discursos contemplam e o que suas ausências também narram. Que modos de subjetivação das mulheres estão sendo engendrados planos? Será que estes modos de subjetivação rompem com os modelos tradicionais de feminilidades (passivas, dóceis, servis, emotivas, submissas e vitimadas) ainda presos a uma representação estereotipada das mulheres apenas como mães, esposas, amantes, prostitutas, cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Que interesses e perspectivas sobre as mulheres e as relações de gênero marcam estes planos?

Nessa pesquisa nos baseamos nos estudos de Michel Foucault e na sua empenhada busca em compreender as diferentes formas de existir de um sujeito. Ao iniciar seu discurso ele diz que:



(...) antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos (1995, p. 231).

Esse “tornar-se sujeito” ao qual Foucault faz menção diz sobre essa possibilidade de transformação e sobre as possibilidades de *estar* no mundo. Essa lógica nos ajuda a compreender a História das Mulheres a partir de um lugar que escapa a lógica determinista, que a sociedade ocidental tentou relegar a mulher. A fuga da universalidade, defendida por Foucault, permite repensar o passado a partir da inserção das mulheres em sua construção e nos ajuda a repensar os Planos disponibilizados no portal.

Quando pensamos nas mulheres e nas suas múltiplas formas de ser, de se relacionarem e estarem presentes nas sociedades ao longo tempo, se torna indispensável analisá-las a partir de um contexto complexo e que considera vários aspectos sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, a categoria da interseccionalidade se torna fundamental para investigar os Planos e as formas de inserção da História das Mulheres no ensino de História.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica está normalmente atrelado à necessidade das pessoas de resolverem problemas sociais. Simone Bilge e Patricia Hill Collins ao examinarem os aspectos da interseccionalidade vão apresentar três principais possibilidades do seu uso como ferramenta analítica. Nessa pesquisa nos utilizaremos da noção expressa pelas autoras em uma das três possibilidades. Mas antes de nos adentrarmos nessa análise, a colocação de Cho, Crenshaw e McCall³, em seu trabalho sobre os caminhos do uso da interseccionalidade, nos ajuda a pensar o porquê da escolha da categoria para a presente análise. Para as autoras:

(...) então o que torna uma análise interseccional não é o uso do termo “interseccionalidade”, nem o fato de estar situado em uma genealogia familiar, nem o fato de se basear em listas de citações padrão. Em vez disso, o que torna uma análise

³ Sumi Cho, Kimberlé Williams Crenshaw e Leslie McCall, “Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis”, *Signs*, v. 38, n. 4, 2013, p. 795.



interseccional – quaisquer que sejam os termos que ela empregue, qualquer que seja sua interação, qualquer que seja seu campo ou disciplina – é a adoção de uma maneira interseccional de pensar sobre o problema da mesmice e da diferença e sua relação com o poder. Esse enquadramento – conceber as categorias não como distintas, mas sempre permeadas por outras categorias, fluidas e mutáveis, sempre em processo de criação e criação por dinâmicas de poder – enfatiza o que a interseccionalidade faz e não o que a interseccionalidade é (2013, p. 795)⁴.

Quando as autoras vão avaliar a questão da desigualdade e a possibilidade de uma nova crise global, elas entendem o uso da interseccionalidade como uma ferramenta que pode dizer muito sobre o crescimento da desigualdade no mundo. A desigualdade não se aplica de forma homogênea para os diferentes grupos sociais, mulheres; crianças; pessoas de cor; pessoas trans e etc. A interseccionalidade permite ver as pessoas a partir de uma estrutura em que as categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outros, posicionam os sujeitos de formas diferentes no mundo (2020, p. 35).

Ao pensar sob a ótica da interseccionalidade, temas como desemprego; trabalho; pobreza; riqueza; e acessos à educação são pensados a partir de outras perspectivas, considerando novos contextos, que nos permitem ir mais a fundo nas análises. É a partir dessa possibilidade apresentada pela categoria, que este trabalho se embasará para pensar como a História das mulheres vem sendo atendida nos Planos de Aula.

A análise dos Planos de Aula e a tentativa de gerenciamento das práticas docentes

Para analisar os Planos de Aula, foram criadas três tabelas com informações levantadas a partir da análise dos Planos de Aula selecionados. A Tabela 1 (ver tabela 1) se dedica a orientar sobre os dados técnicos dos Planos, enquanto Tabela 2 (ver tabela 2) nos ajuda a visualizar como as competências e habilidades da BNCC também estão

⁴ Tradução livre do texto. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741149/mod_resource/content/1/CHO%2C%20S.%3B%20CRENSHAW%2C%20K.W.%3B%20Mccall%2C%20L.%20Toward%20a%20Field%20of%20Intersectionality%20Studies.pdf.



contempladas nos Planos. Já a tabela 3 (ver tabela3), nos ajuda a analisar como as mulheres estão sendo representadas nos Planos a partir de categorias específicas, que dizem respeito ao contexto histórico abordado no Plano; a localidade que ele contempla; se os sujeitos são coletivos ou individuais e o que diz respeito a sua raça e etnia.

Tabela 1: Planos de Aula que tratam de História das Mulheres

Planos de aula (título)	Autoria	Nível de ensino	Duração	Data de publicação	Objetivos de aprendizagem	Páginas
1. A participação das mulheres nas independências da América Latina	Guilherme Barboza de Fraga	8º ano	1 aula de 50 minutos	21/05/2019	Compreender a participação de mulheres de grupos sociais e étnicos diversos nos processos de independência da América Latina	26 páginas
2. O movimento eugenista e as mulheres	Roberta Duarte da Silva	9º ano	1 aula de 50 minutos	15/05/2019	Compreender o papel atribuído às mulheres no movimento eugenista vigente durante a Primeira República	12 páginas
3. As mulheres e o poder na Antiguidade e na Idade Média	Juliana Bardella Fiorot	6º ano	1 aula de 50 minutos	03/05/2019	Compreender a importância de mulheres que destacaram na política e na guerra durante a Antiguidade e a Idade Média	13 páginas
4. A história das mulheres no mercado	Isis Fernanda Ferrari	9º ano	1 aula de 50 minutos	29/04/2019	Analisar a luta das mulheres por igualdade de gênero e ascensão no	



de trabalho						mercado de trabalho	
5.	A constituição de 1988 e a luta pelos direitos das mulheres do Brasil	Ana Paula de Abreu Figueira	9º ano	1 aula de 50 minutos	16/04/2019	Compreender as conquistas feministas na Constituição de 1988	11 páginas
6.	Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos	Talita Seniuk	9º ano	1 aula de 50 minutos	15/04/2019	Perceber a importância do protagonismo negro na formação social do Brasil.	14 páginas
7.	As mulheres na Idade Média	Juliana Bardella Fiorot	6º ano	1 aula de 50 minutos	10/04/2019	Compreender os diversos papéis exercidos pelas mulheres na sociedade medieval	09 páginas
8.	As mulheres romanas	Juliana Bardella Fiorot	6º ano	1 aula de 50 minutos	10/04/2019	Compreender que as mulheres romanas tinham uma participação mais ativa na sociedade em relação às mulheres gregas	12 páginas
9.	A mulher na Grécia Antiga	Juliana Bardella Fiorot	6º ano	1 aula de 50 minutos	10/04/2019	Compreender o cotidiano das mulheres gregas na Antiguidade	09 páginas
10.	As mulheres no Egito e na mesopotâmia	Juliana Bardella Fiorot	6º ano	1 aula de 50 minutos	03/04/2019	Compreender os diversos papéis das mulheres nas sociedades egípcia e mesopotâmica	09 páginas
11.	A mulher	Guilher	9º ano	1 aula de	24/03/201	Analisar o	27



	na	me	50	9	papel da	páginas
	Primeira República no Brasil	Barboza de Fraga	minutos		mulher e seu protagonismo na Primeira República	
12.	Trabalho e resistência a feminina na Primeira República	Roberta Duarte Da Silva	9º ano 1 aula de 50 minutos	15/05/2019	Refletir sobre o cotidiano, o trabalho e a resistência das operarias no período da Primeira República	14 páginas

Fonte: Tabela elaborada a partir da análise dos Planos de Aula publicados no site da Nova Escola (2019). Disponível em: <https://novaescola.org.br/plano-de-aula/busca?disciplina=História>. Acessado em: 16 mar. 2022.

Dos doze Planos de Aula selecionados, dez foram elaborados por mulheres e dois foram elaborados por um homem (ver tabela 1). Essa informação evidencia uma dificuldade em perceber homens que se debruçam sobre o ensino de História das Mulheres. Isso, considerando as ausências que existem e a necessidade de uma movimentação que vá para além dos esforços femininos e atinja cada vez mais espaços.

Os Planos apresentam uma característica em comum, que envolve sua extensão. Dentre os Planos analisados, nenhum possui menos do que nove páginas e todos a apresentam a indicação de que o Plano é sugerido para ser aplicado em uma aula de cinquenta minutos. Para além disso, ainda sobre o que diz respeito ao tempo sugerido para a execução de cada um dos Planos, percebe-se que independente da temática, ou de quantas páginas aquele material possui, o tempo sugerido nunca ultrapassa uma aula de 50 minutos. Considerando as temáticas dos Planos, infere-se que há necessidade de uma disponibilidade maior de tempo para que os objetivos propostos pelo próprio Plano sejam alcançados.

Essa especificidade sobre a duração de aplicação dos Planos, também evidencia outra questão bastante central para pensarmos os saberes docentes mobilizados dentro dos Planos. Todos os Planos (ver Tabela 1) fazem um recorte ao tratarem da participação das mulheres nos processos históricos, inserindo-as na sala de aula, a partir de uma aula “extra”, deslocando suas trajetórias e contribuições da História geral que é, normalmente, apresentada aos alunos diariamente.

O Plano de Aula 1 (ver Tabela 1), diz que seu objetivo de aprendizagem é levar os alunos a “Compreenderem que as mulheres



romanas tinham uma participação mais ativa na sociedade em relação às mulheres gregas”. Esse objetivo evidencia diversas problemáticas se pensarmos que a inserção dessas temáticas deveria promover a igualdade de gênero e a desconstrução de estereótipos femininos. A primeira delas pode ser pensada através da comparação em que mulheres gregas e romanas são colocadas. O que pode caracterizar mais atividade de determinado grupo social em uma sociedade? O que significa ser mais ativo? Aqui, percebe-se uma gerência dos saberes docentes, no sentido de mobilizar a aula para um caminho que fomente a dualidade e o determinismo de experiências vividas pelas mulheres no passado. Entendemos que determinar esse tipo de objetivo para uma aula que pretende discutir a História das Mulheres, além de ser pouco produtivo, corrobora com a narrativa canônica de manutenção da mulher em espaços pré-definidos. Ainda observando a Tabela 1, é possível identificar que dentre os Planos, um é destinado para o 8º ano do ensino fundamental, cinco para o 6º ano e seis para o 9º ano. Não identificamos no portal nenhum Plano, com a temática escolhida, para o 7º ano.

Tabela 2: Planos de Aula que tratam de História das Mulheres a partir de critérios da BNCC.

PLANOS DE AULA (TÍTULO)	UNIDADE TEMÁTICA	HABILIDADES DA BNCC
1. A participação das mulheres nas independências América Latina	Os processos de independência nas Américas.	EF08HI11 - Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de Independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti.
2. O movimento eugenista e as mulheres	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.	EF09HI08 - Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das



Os Saberes Docentes e as formas de inserção curricular da História das Mulheres nos Planos de Aula do portal Nova Escola (2017-2019)

		mudanças de abordagem em relação ao tema.
3. As mulheres e o poder na Antiguidade e na Idade Média	Trabalho e formas de organização social e cultural.	EF06HI19 - Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.
4. A história das mulheres no mercado de trabalho	Modernização, Ditadura civil-militar e redemocratização : o Brasil após 1946.	EF09HI26 - Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
5. A constituição de 1988 e a luta pelos direitos das mulheres do Brasil	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização : o Brasil após 1946.	EF09HI24 - Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.
6. Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX	EF09HI04 - Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.
7. As mulheres na Idade Média	Trabalho e formas de organização social e cultural	EF06HI19 - Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades



8. As mulheres romanas	Trabalho e formas de organização social e cultural.	medievais. EF06HI19 - Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais
9. A mulher na Grécia Antiga	Trabalho e formas de organização social e cultural.	EF06HI19 - Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.
10. As mulheres no Egito e na mesopotâmia	Trabalho e formas de organização social e cultural.	EF06HI19 - Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.
11. A mulher na Primeira República no Brasil	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.	EF09HI09 - Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
12. Trabalho e resistência feminina na Primeira República.	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.	EF09HI08 - Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

Fonte: Tabela elaborada a partir da análise dos Planos de Aula publicados no site da Nova Escola (2019). Disponível em: <https://novaescola.org.br/plano-de-aula/busca?disciplina=História>. Acessado em: 16 mar. 2022.

A tabela 2 foi pensada para analisarmos os Planos quanto ao seu atendimento à BNCC. Importante ressaltar que em todo o documento da



BNCC, a menção aos termos “mulher” e “mulheres” é feita três vezes⁵, no que tange a disciplina de História. Já o termo “feminino” aparece uma vez, enquanto o termo “feminista” não aparece nenhuma vez. O termo “feminista” não aparecer nos Planos demonstra uma incapacidade dos materiais de reconhecer essas mulheres como sujeitos políticos, há um descarte da política da vida feminina em todos os contextos apresentados pelos Planos. Não considerar as lutas de organizações feministas ao longo dos processos históricos e não evidenciar o termo dá lugar a um discurso que inviabiliza a mulher como detentora de intelectualidade e ação política. Como já mencionado anteriormente, dos doze Planos, cinco são para o 6º ano e 6 são para o 9º ano, exatamente os dois anos em que há menção às mulheres, nos “Objetos de conhecimento” e nas “Habilidades” previstas na BNCC.

Quando analisamos as “Unidades Temáticas” (ver Tabela 2), percebemos que há uma prevalência da unidade “Trabalho e formas de organização social e cultural”. Dos doze Planos, cinco abrangem esta unidade, quatro estão na unidade “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX”, dois na unidade “Modernização, Ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, e um na unidade “Os processos de independência nas Américas”.

Quando se observa as “Habilidades” da BNCC que são trabalhadas nos Planos (ver Tabela 2), a incidência da palavra “Mulher”, ou “Mulheres”, é baixa e contempla apenas um ano do ensino fundamental, anos finais. A habilidade “EFO6HI19 - Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais” é a única que cita a palavra “Mulheres”. Apesar dessa “Habilidade” ser mencionada em cinco planos, percebe-se que ela se limita ao 6º ano e sempre ao mesmo contexto histórico, que envolve as mulheres das civilizações europeias, da antiguidade ou do medievo.

TABELA 3: A representação das mulheres nos Planos de Aula selecionados

PLANOS DE AULA (TÍTULO)	CONTEXT O HISTÓRI CO	LOCALID ADE	SUJEITOS COLETIV OS E OU INDIVIDU	IDENTIFICA ÇÃO RACIAL/ÉT NICA
----------------------------	-------------------------------	----------------	--	--

⁵ A pesquisa aos termos foi feita através da ferramenta de busca dentro do documento, em pdf, disponibilizado online, pelo Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em: 17 de março de 2022.



AIS				
1. A participação das mulheres nas independências da América Latina	América Latina nos séculos XVIII e XIX.	América Latina	Sujeitos Coletivos: mulher e mulheres. Sujeitos individuais: Maria Quitéria de Jesus; Juana Azurduy de Padilla; Manuela Sáenz; Policarpa Salavarrieta; Joana Angélica; Marie Jeanne Lamartinier e; Marie Claire Heureuse Felicité Bonheur e Micaela Bastidas.	Mulheres indígenas latino-americanas; mulheres brancas latino-americanas; mulheres negras latino-americanas.
2. O movimento eugenista e as mulheres	Primeira República do Brasil.	Brasil	Sujeitos Coletivos: mulher e mulheres. Sujeitos individuais: Bertha Lutz.	Mulher branca.
3. As mulheres e o poder na Antiguidade e na Idade Média	Antiguidade africana, grega e romana e Idade Média.	Grécia, Roma, África e outros países europeus durante a Idade Média.	Sujeitos Coletivos: mulher e mulheres. Sujeitos individuais: Makeda; Amanishak heto; Leonor de Aquitânia; Joana d'Arc	Mulheres negras africanas; mulheres brancas e europeias.



Os Saberes Docentes e as formas de inserção curricular da História das Mulheres nos Planos de Aula do portal Nova Escola (2017-2019)

4. A história das mulheres no mercado de trabalho	Redemocratização do Brasil após 1946	Brasil	Sujeitos coletivos: mulher e mulheres.	Mulheres brancas, negras e pardas.
5. A constituição de 1988 e a luta pelos direitos das mulheres do Brasil	Redemocratização do Brasil após 1946	Brasil	Sujeitos coletivos: mulher e mulheres. Sujeitos individuais: Carlota Pereira; Maria; Ana; Joana; Amparo; Raimunda; Vera; Sônia; Carla; Francisca; Patrícia; Márcia; Simone; Maria de Fátima; Neusa; Teresa; Conceição; Socorro; Paula; Angela; Cristina; Valéria; Selma; Cremilda; Rosa; Carmem; Eliana; Marisa; Cecília e Regina.	Mulher branca.
6. Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos	Início do período Republicano no Brasil	Brasil	Sujeitos coletivos: mulher; mulheres; negra; negras; feministas; ativista ; mediadora ecomunista.	Mulheres negras.



				Sujeitos individuais: Thereza Santos.	
7.	As mulheres na Idade Média	Idade Média	Europa	Sujeitos coletivos: mulher; mulheres e medievais. Sujeitos individuais: Elizabeth II; professora africana; Marie Curie e Soraya Guell.	Mulheres brancas europeias e mulher negra.
8.	As mulheres romanas	Antiguidade europeia	Roma	Sujeitos coletivos: mulher; mulheres; gregas; grega; romana e romanas. Sujeitos individuais: Valéria.	Mulheres brancas europeias.
9.	A mulher na Grécia Antiga	Antiguidade europeia	Grécia	Sujeitos coletivos: mulher; mulheres; gregas; pobres e aristocratas. Sujeitos individuais: Atena	Mulheres brancas europeias
10.	As mulheres no Egito e na Mesopotâmia	Antiguidade africana e asiática	Egito e Mesopotâmia	Sujeitos individuais: Nefertari. Sujeitos coletivos: Mulher; mulheres; servas e	Mulher negra.



			camponesas		
11. A mulher na Primeira República Brasil	na no	Primeira República no Brasil	Brasil	Sujeitos individuais: Júlia Lopes de Almeida Sujeitos coletivos: Mulher	Mulher branca.
12. Trabalho resistência feminina Primeira República.	e na	Primeira República no Brasil	Brasil	Sujeitos coletivos: mulheres; operárias; trabalhadoras; anarquistas e socialistas.	Mulheres brancas; Italianas; espanholas; portuguesas, alemãs; romenas; polonesas; húngaras; lituanas; sírias e judias.

Fonte: Tabela elaborada a partir da análise dos Planos de Aula publicados no site da Nova Escola (2019). Disponível em: <https://novaescola.org.br/plano-de-aula/busca?disciplina=História>. Acessado em: 16 mar. 2022.

Na Tabela 3 criamos uma divisão para analisar como as mulheres estão representadas nos Planos selecionados. Essa pesquisa se utiliza do conceito de representação, a partir da compreensão de Stuart Hall, que ao pensar nesse conceito constrói um caminho de entendimento para tal. Uma das compreensões apresentadas pelo autor é a de que a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representa-lo a outras pessoas (HALL, 2016, p. 31). Mas como é de se esperar, essa definição não da conta da dimensão das possibilidades que as representações exercem no meio social. Ainda pensando sobre a representação e a cultura, Hall diz que:

O sentido é construído pelo sistema de representação. Ele é construído e fixado pelo código, que estabelece a correlação entre nosso sistema conceitual e nossa linguagem, de modo que, a cada vez que pensamos em uma árvore, o código nos diz para usar a palavra em português ÁRVORE, ou a palavra inglesa TREE. Ele nos informa que, na nossa cultura – isto é, nossos códigos conceituais e de linguagem – o conceito “árvore” é representado pelas letras Á, R, V, O, R, E, dispostas em sequência. [...] Um jeito, então, de pensar “cultura” é nos termos desses mapas conceituais compartilhados, sistemas de



linguagem compartilhada e códigos que governam as relações de tradução entre eles (HALL, 2016, p. 42).

Essa interpretação permite que pensemos nas representações de forma conectada à cultura. Nesse sentido, a construção da representação – pensando nesse caso, na representação das mulheres nos planos de aulas – pode significar a produção de sentidos que dão ou não conta do entendimento das subjetividades, pluralidades e interseccionalidade que envolvem as mulheres representadas. Para, além disso, Hall mostra que há possibilidade de dimensionar a importância de se avaliar a forma como as mulheres são representadas e a partir de quais narrativas, através do conceito de representação. E no caso dessa pesquisa, em um portal de amplo alcance.

Os Planos foram analisados a partir do seu “Contexto histórico, da sua “localidade”, dos seus “Sujeitos” (coletivos ou individuais) e quanto à identificação racial/étnica das mulheres representadas.

Quando analisados os “Contextos históricos” (ver Tabela 3), foi possível perceber quais foram os contextos privilegiados pelos Planos e o que isso diz sobre os papéis tradicionalmente relegados às mulheres. Entre os doze Planos, quatro se referem ao período da Primeira República no Brasil; três se referem à Antiguidade europeia (Grécia e Roma; dois dentre eles versam sobre a Redemocratização do Brasil, após 1945; um versa sobre a América Latina nos séculos XVIII e XIX e dois se referem a Antiguidade africana e asiática⁶.

Ao analisarmos as “Localidades”, que situa geograficamente os Planos, percebemos uma prevalência do Brasil (seis Planos); regiões europeias (quatro planos); América Latina, assim como continente africano e a região mesopotâmica, aparecem como localidade central, apenas uma vez.

Para pensarmos como a História das Mulheres está sendo atendida dentro dos Planos, também consideramos importante perceber se as mulheres aparecem de forma individualizada ou coletivizada. Em apenas um Plano, “Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos” (ver Tabela 3), um nome próprio aparece no título. No interior dos Planos é possível perceber que mais sujeitos individuais aparecem, mas

⁶ Um plano, em alguns casos, abordou mais de um contexto histórico. Aqui foram consideradas, quantas vezes o contexto foi mencionado, independente de estar acompanhado de um, ou mais contextos.



em 85% dos casos, isso se dá na parte de “Para você saber mais”, em que somente o professor tem acesso.

Quanto à identificação racial/ étnica, podemos perceber uma prevalência da representação da mulher branca e europeia. Importante ressaltar que os Planos que se referem às mulheres brancas e europeias, não especificam isso e acabam por serem mais generalistas. Já os Planos que se referem a mulheres negras e ou latinas, isso aparece explicitado. Um Plano, na maioria das vezes, se refere às mulheres de mais de uma raça/etnia, apesar de não demonstrarem isso de forma clara. Essa falta de descrição das mulheres que estão retratadas nos Planos, acaba por reforçar as narrativas que colocam as mulheres em determinados espaços, quando esses sujeitos são tratados de forma generalizada e sem especificidades.

Percebe-se que há um apagamento das experiências de mulheres negras. Apenas o Plano 6 (ver Tabela 3), “Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos”, fala explicitamente sobre as experiências dessas mulheres e evidencia que o está sendo dito, diz respeito a experiência de uma mulher negra. Essa análise permite pensar que a tentativa do portal de inserir a História das Mulheres corrobora com uma narrativa que valoriza um tipo específico de experiência feminina e de mulher, que não inclui as mulheres negras e não valoriza experiências que fogem da lógica eurocêntrica e branca.

Considerações finais e propostas

Quando as três tabelas são analisadas de forma mais específica, percebe-se, por exemplo, uma ausência de Planos de Aula para o 7º ano sobre a História das Mulheres, isso evidencia um desfalque se considerarmos todo o conteúdo previsto para esse ano. Não foi possível incluir um Plano, alinhado à BNCC, que desse conta da participação feminina nos acontecimentos históricos? As unidades temáticas previstas para o 7º ano, pela BNCC são: “O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias”; “Humanismos”; “Renascimentos e o Novo Mundo”; “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano” e “Lógicas comerciais e mercantis da modernidade”. A ausência de Planos que tratem da História das Mulheres nesses contextos históricos, atende a qual



narrativa? A uma narrativa que exclui e inviabiliza? Ou a uma que inclui e naturaliza a participação feminina nos processos históricos? Nesse sentido Fabiana Macena vai dizer que:

Como um saber também atravessado por relações de poder, como todo saber, a história ainda permanece soletrada no masculino, pensada e escrita sob os códigos do patriarcado, tanto na produção acadêmica como na disciplina escolar (2016, p. 137).

Isso fica evidente quando analisamos, por exemplo, o Plano, “Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos” (ver Tabela 1), onde os “Objetivos de aprendizagem” são: “Perceber a importância do protagonismo negro da formação social do Brasil”. Nesse Objetivo a palavra “negro” aparece se referindo à “protagonismo”, que nesse Plano prometia ser sobre o protagonismo feminino, mais especificamente de Thereza dos Santos. Quando o ensino da História das Mulheres é generalista e não reconhece as subjetividades femininas, novamente se cai no lugar da privação e da invisibilidade que é normalmente dado as mulheres negras.

O Plano de Aula 8 (ver Tabela 2), “A mulher na Primeira República no Brasil”, está alinhado à habilidade da BNCC que pretende relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais, e civis à atuação de movimentos sociais (BRASIL, 2018, p. 429). É sabido que as conquistas femininas durante a Primeira República brasileira envolveram a atuação de movimentos feministas, como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Mas os Planos, assim como a BNCC não fazem menção ao Movimento Feminista do período Republicano. Isso vai de encontro à narrativa do apagamento da história de um movimento que é fundamental para pensar a História das Mulheres. Percebe-se aqui a construção de um discurso que tenta excluir as formas de organização feminina que operam desde sempre na história das mulheres.

As tabelas aqui construídas operam em um sentido de evidenciar, aquilo de mais chamativo nos Planos, para que pensemos sobre eles a partir de suas propostas e possamos perceber qual tipo de discurso está sendo construído sobre as mulheres nesses Planos de Aula.

No ensino de História das Mulheres na disciplina de História ainda não é possível perceber uma mobilização de saberes que corrobore com uma narrativa viabilizadora, e que contribua para a construção de uma sociedade menos desigual, quando pensado o gênero na sua construção interseccional. As construções dos Planos ainda são pautadas nas lógicas



eurocêtricas, de valorização dos sujeitos masculinos e do apagamento das reais experiências femininas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, André. **A quem interessa a BNCC?** 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>. Acesso em: 17 mar. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. 341 p.

ESCOLA, Nova. **Esta é uma edição histórica (em dois sentidos): a capa fala de história e nós inauguramos um capítulo da nossa: estamos em uma casa nova**. 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8627/esta-e-uma-edicao-historica-em-dois-sentidos>. Acesso em: 09 abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 264 p.

GIOVANNETTI, Carolina; SALES, Shirlei Rezende. **Histórias das mulheres na BNCC do ensino médio: o silêncio que persiste**. História em Reflexão, Dourados, v. 14, n. 27, p. 251-277, jun. 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cca7/599f5422ee33dc64d507d2aad4691dc387a9.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016. 260 p.

MARZOLA, Norma. **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema: os sentidos da alfabetização a revista nova escola**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 286 p.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **História e Internet: conexões possíveis**. Revista Tempo e Argumento, [S.L.], v. 06, n. 12, p. 23-53, 30



ago. 2014. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180306122014023>.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de *et al.* **Violência contra as mulheres: cultura histórica, subjetivação e ensino de histórias do possível.** In: SILVA, Edlene Oliveira; SILVA, Edlene Oliveira; ZANELLO, Valeska. *Gênero, subjetivação e perspectivas feministas.* São Paulo: Technopolitik, 2019. Cap. 10. p. 1-361.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **História das mulheres em planos de aula: mídias digitais e saberes docentes na Internet.** *Labrys, Études Féministes*, Brasília, v. 27, n. 27, p. 1-28, 2015.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. **O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente.** 2009. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/18506>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RIPA, Roselaine. **Nova Escola – “a revista de quem educa”: a fabricação de modelos ideais do ser professor.** 2010. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2237?show=full>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** *Educação & Realidade*, [s. l], v. 20, n. 2, p. 71-99, Não é um mês valido!/Não é um mês valido! 1995. Bimestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 09 abr. 2022.

SILVA, Viviane Cardoso da. **A atuação da Fundação Lemann nas políticas educacionais brasileiras: compreensões a partir do direito à educação.** In: Encontro Internacional de Política Social, 8, 2020, Vitória. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política*



Social. Vitória: 8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social, 2020. v. 1, p. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/issue/view/1144>. Acesso em: 09 abr. 2022.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 73, n. 1, p. 209-244, 2000.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014. 328 p.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 29-62, mar. 1994.



Teaching Knowledge and forms of circular insertion of the History of Women in the Lesson Plans of the Nova Escola website (2017-2019)

Abstract: This article intends to analyze the teaching knowledge mobilized in the Lesson Plans that deal with the History of Women, in the educational website Nova Escola. Twelve Lesson Plans were chosen for this analysis, which are part of the “NOVA ESCOLA Lesson Plans” project and which are, according to the website, aligned with the National Common Curriculum Base (BNCC). From the analysis of three tables that consider the BNCC; the Class Plans and the forms of subjectivation of women in these Plans will be thought about interests, values and practices that are being chosen for the insertion of Women’s History in Class Plans in a highly visible website.

KEYWORDS: Women. History Teaching. Women's History. Lesson Plans. Teaching Knowledge.

Bárbara de Almeida CARVALHO

Graduada em História pela Universidade de Brasília - UnB. Mestranda em História pela Universidade de Brasília.

Recebido em: 10/04/2022

Aprovado em: 04/10/2022